



## **PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM SAÚDE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO REFLEXIVO**

Ariane dos Santos Hoppe<sup>1</sup>, Maria Carolina Magedanz<sup>1</sup>, Daiane Raquel Kist<sup>1</sup> Morgana Pappen<sup>1</sup>, Francieli Ester Muller<sup>1</sup>, Aline Fernanda Fischborn<sup>1</sup>, Luciane Maria Schmidt Alves<sup>1</sup>, Maristela Soares de Rezende<sup>1</sup>, Leni Dias Weigelt<sup>1</sup>, Suzane Beatriz Frantz Krug<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade de Santa Cruz do Sul

**Introdução:** A participação social nas ações de saúde é um direito de todos os integrantes da sociedade civil e favorece o desenvolvimento de espaços de democracia participativa no país. A participação das pessoas com deficiência no planejamento e monitoramento das políticas públicas de saúde é importante, tendo em vista que a atuação desses sujeitos nas reivindicações políticas e sociais gera avanços para toda a sociedade e promove maior visibilidade na busca por direitos e também na defesa dos interesses de seus grupos. **Objetivo:** Refletir sobre a participação social das pessoas com deficiência nas ações do Sistema Único de Saúde. **Métodos:** Trata-se de estudo reflexivo, originado a partir de revisão bibliográfica realizada na base de dados SCIELO com delimitação temporal entre 2004 a 2016, a partir das palavras chaves: “participação social” e “pessoas com deficiência”, em artigos completos em português, disponíveis na íntegra e condizentes ao objeto de estudo. A busca foi realizada em setembro de 2017 por integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde (GEPS) da Universidade de Santa Cruz do Sul. **Resultados:** Encontrou-se 15 artigos, destes, três estavam ajustados aos critérios estabelecidos neste estudo. Observa-se que, em torno de 1980, os movimentos sociais voltados às pessoas com deficiência se fortaleceram com o apoio de familiares e profissionais da reabilitação. Esta luta pelos direitos sociais foi fundamental na ampliação da acessibilidade de assistência à saúde e igualdade de oportunidades para estas pessoas. Desde então, o Estado vem atribuindo atenção a temática a partir da construção de programas e políticas nacionais voltadas às pessoas com deficiência. Evidenciou-se que há participação de representantes de associação de portadores de deficiência em Conselhos de Saúde, demonstrando a preocupação dos mesmos em incentivar a participação social e em manter a luta por mais direitos à saúde. Além disso, a criação de grupos de convivência para familiares de pessoas com deficiência aparece como essencial para concretização de inclusão e ampliação dos processos de emancipação e autonomia, levando à conscientização sobre os direitos sociais e à legitimação das demandas desse segmento social. **Conclusões:** Apesar de ainda haver poucos estudos relacionados a esta temática, percebe-se que a participação social das pessoas com deficiência contribui para a construção das políticas públicas em saúde e luta por igualdade e direitos sociais.